

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS AVANÇADO GOVERNADOR VALADARES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: Uma análise dos Municípios de
Minas Gerais

INGRID MOREIRA SIQUEIRA

GOVERNADOR VALADARES
MINAS GERAIS – BRASIL
2018

INGRID MOREIRA SIQUEIRA

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: Uma análise dos Municípios de Minas
Gerais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares, como parte das exigências do curso de Ciências Contábeis para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Marconi Silva Miranda

GOVERNADOR VALADARES
MINAS GERAIS – BRASIL
2018

Ingrid Moreira Siqueira

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: Uma análise dos Municípios de
Minas Gerais**

Monografia apresentada pela acadêmica Ingrid Moreira Siqueira ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares como requisito para obtenção de título de bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Prof. Msc. Marconi Silva Miranda

Coorientador: Prof. Msc. Anderson de Oliveira Reis

Aprovada em: 07 de junho de 2018.



Aline Gomes Peixoto



Elizângela Lourdes de Castro



Marconi Silva Miranda

Governador Valadares

2018

LISTA DE SIGLAS

CF- CONSTITUIÇÃO FEDERAL

FPM- FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

ICMS - IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS e SERVIÇOS

IDTE - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

IFDM - ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

IPI - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

IPVA- IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

IR- IMPOSTO DE RENDA

ITR – IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

VAF – VALOR ADICIONADO FISCAL

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comportamento do IFDM geral em função do índice da saúde, educação, emprego e renda.....	18
Tabela 2: Comportamento do IFDM geral em função do índice da saúde, educação, emprego e renda. – Mesorregiões mineiras.....	20
Tabela 3: Comportamento do IFDM geral em função do índice econômico e tributário (IDTE).....	25

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comportamento médio dos Índices Geral, saúde, educação, emprego e renda	21
Figura 2: Comportamento médio dos Índices Geral, saúde, educação, emprego e renda- Região da Zona da Mata.....	23
Figura 3: Comportamento médio dos Índices Geral, saúde, educação, emprego e renda- Região Metropolitana de BH.	24

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DE LITERATURA	11
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	11
DESEMPENHO ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	13
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
Caracterização da unidade de análise e fonte de dados	18
Modelo Empírico, tratamento dos dados e descrição das variáveis.....	19
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	22
Comportamento do IFDM geral em relação ao IFDM saúde, educação e emprego e renda.....	22
Comportamento do índice Firjan de desenvolvimento (IFDM) em relação ao Índice de desenvolvimento econômico e Tributário(IDTE).	26
5 CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

1INTRODUÇÃO

O desenvolvimento pode ser conceituado como um processo de enriquecimento dos países e de seus habitantes, relacionando à ascensão no aspecto social, político e sustentável. (CLEMENTE, 2000).

Neste sentido, o desenvolvimento de um município, estado ou país deve ser relacionado com a melhoria da qualidade de vida e não apenas com acúmulo de riqueza ou do aumento de seu Produto interno Bruto (PIB), que segundo Tremea (2011), é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos durante um determinado período de tempo. Para isso, o desenvolvimento assegura investimento, no que tange a aumento de sua riqueza, mas nem sempre garante igualdade para a sociedade no que se refere a melhoria da qualidade de vida, uma vez que, na maioria das vezes, os investimentos feitos pelos entes públicos não são capazes de suprir todas as necessidades da população.

Siedenberg (2003), diz que a princípio o conceito de desenvolvimento foi utilizado como sinônimo de crescimento econômico que significava o aumento da capacidade produtiva de uma economia, mas devido a um processo de mudanças socioeconômicas ocorridas no mundo e devido sua abrangência, logo se tornou um desafio no que diz respeito à sua mensuração, e para tanto seu conceito foi ampliado.

A partir disso, surge a necessidade de relacionar indicadores socioeconômicos com outras informações e indicadores sociais para examinar o desenvolvimento de um município, estado ou país, com a finalidade de quantificar a concepção de desenvolvimento, sendo os indicadores essenciais para possibilitar as análises e comparações pretendidas. Assim, cada vez mais, estados e municípios tem feito uso de uma série de indicadores no planejamento e execução de políticas públicas, pois muitas vezes sua utilização surge da necessidade no auxílio na tomada de decisão e assim sendo, pode auxiliá-los no desenvolvimento socioeconômico.

Com o aumento do desenvolvimento espera-se uma elevação no nível de consumo e renda da população o que conseqüentemente eleva a arrecadação de receita publicados municípios. Com este aumento, os entes públicos têm a responsabilidade de, por exemplo, retribuir os cidadãos em forma de saúde, educação e emprego, de forma a proporcionar aumento no bem estar social da população. O investimento nessas áreas se faz necessário, e funciona como

uma contrapartida ao dinheiro arrecado em forma de tributos para esses fins. Espera-se assim que gere um ciclo vicioso.

Segundo o Código Tributário Nacional Lei 5.172 de 25/10/66, “é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Estes tributos devem ser usados como uma relação de causa e efeito, ou seja, os cidadãos cumprem com a obrigação de pagá-los e o governo retribui na qualidade dos serviços públicos prestados. Porém, Carvalho, Quinteiros e Camimura (2012), dizem que a alta carga tributária nacional tem se tornado um grande desafio para o desenvolvimento da economia do país.

Diante disso, o presente estudo busca responder a seguinte questão: Há relação entre o desenvolvimento econômico e tributário e desenvolvimento socioeconômico nos municípios mineiros? Para tanto, o objetivo geral deste estudo é analisar se o índice de desenvolvimento econômico e tributário (IDTE) possui relação com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros e se os índices de desenvolvimento municipal de saúde, educação, e emprego impactam no desenvolvimento geral dos municípios.

Especificamente pretende-se: i) Avaliar os efeitos do índice Firjan de desenvolvimento nos setores da saúde, educação e emprego e renda, sobre o Índice de Desenvolvimento Geral para cada município e mesorregião de Minas Gerais; ii) avaliar o impacto do Índice de Desenvolvimento Econômico e Tributário (IDTE) sobre o Índice Firjan de Desenvolvimento Geral dos municípios das mesorregiões de Minas Gerais.

Estudos como os de Leroy et al (2017) e Marsadi e Abrantes (2015) revelam uma heterogeneidade no desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros. Dessa forma, justifica-se estudos voltados para a análise da dinâmica de desenvolvimento e as disparidades entre os municípios, além de ser um tema com poucos estudos voltados e com grande relevância, faz-se necessário que este seja estudado a fim de relacionar e quantificar o desenvolvimento dos municípios.

Além da introdução, o estudo está constituído em outras quatro seções. No segundo tópico é apresentada uma revisão de literatura em que são apresentados os principais conceitos que baseiam o estudo. Na terceira seção foram apresentados os procedimentos metodológicos que serão cursados para se alcançar o objetivo.

Posteriormente são descritos as análises e discussão dos resultados e por fim é apresentada a conclusão do estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Siedenberg (2003), diz que a princípio o conceito de desenvolvimento foi utilizado como sinônimo de crescimento econômico, que significava o aumento da capacidade produtiva de uma economia, ou seja, qual era a capacidade máxima de produção obtida em determinadas situações. Devido a um processo de mudanças socioeconômicas ocorridas no mundo e devido sua abrangência, logo se tornou um desafio no que diz respeito à sua mensuração, e para tanto seu conceito foi ampliado.

Segundo Costa e Lutosa (2007), ao se falar em desenvolvimento, não se deve levar em consideração apenas o aspecto econômico, uma vez que este sozinho é incapaz de mensurar a qualidade de vida e o bem-estar de uma sociedade. Para Sen (2000, p. 18) “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação: pobreza, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos [...]”. Assim, o desenvolvimento não é limitado unicamente a aspectos econômicos, mas também aos aspectos políticos, culturais e sociais.

Os aspectos políticos, estes se relacionam com o desenvolvimento na formulação de políticas sociais, sendo na visão de Castro (2012), um conjunto de programas e ações do Estado que se firmam na defesa da oferta de bens e serviços, ordenação de elementos do mercado e nas transferências de renda.

Sobre os aspectos culturais, Throsby (2001) evidencia o papel da cultura no processo de desenvolvimento econômico, visto que o comportamento de um grupo social está diretamente relacionado ao conjunto de valores e fatores culturais que se fazem refletir nessa sociedade. Dessa maneira, os padrões de preferência do grupo formam seu comportamento econômico e auxiliam no desenvolvimento. Valiatti e Florissi (2007, p.16) dizem ainda que “a cultura influencia a decisão econômica, e por isso o seu peso no desenvolvimento socioeconômico”. Mostrando então, que os aspectos culturais possuem uma importância significativa para o desenvolvimento.

Quanto aos aspectos sociais Cardoso Jr. e Bercovici (2013) destacam que, o desenvolvimento é condição necessária para o bem-estar social, sendo o Estado seu principal dirigente por intermédio de programas e ações que envolvem a ampliação de oportunidades individuais e coletivas geradas pelo crescimento

econômico, pela observância de valores fundamentais definidos constitucionalmente, como a justiça e a redução da pobreza e das desigualdades.

Estudos atuais apontam para a necessidade de convencer formuladores e executores de políticas de desenvolvimento, da importância da reflexão ética para o desenvolvimento.

Gambi e Chaves (2015) dizem que a “ética do desenvolvimento” baseava-se na proposta de valores alternativos. Esses valores alternativos seriam a satisfação de necessidades básicas, a eliminação da pobreza absoluta, o cuidado com o emprego para todos, a redução da dependência (entre países) e o respeito às culturas locais.

Conforme Massardi e Abrantes (2014), o desenvolvimento resulta de um procedimento contínuo e estruturado, com foco não apenas no crescimento econômico, como também na diminuição da marginalização, das desigualdades sociais e regionais, sendo o Estado seu principal dirigente, por meio do planejamento de médio e longo prazo.

Diante disso, faz-se necessário relacionar algumas variáveis na busca por explicar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Variáveis estas como saúde e educação, em que “a melhoria das condições de saúde e educação da população deve ser também considerada com parte fundamental do processo de desenvolvimento.” (SCARPIN; SCARPIN, 2006 p.3)

Nogueira (2012) diz que o enfoque das capacidades humanas afirma que a saúde precisa ser priorizada pelas políticas públicas como questão de justiça e igualmente como um importante fator indutivo do desenvolvimento.

Estudo de Nuskeet al (2017) apontam que a saúde tem um papel de propulsora de desenvolvimento na sua dimensão regional com a missão pautada pelo marcante corte territorial das iniquidades socioeconômicas nacionais e assim constituindo-se como um campo de particular relevância para coesão social e econômica no território nacional.

Desta forma, saúde e desenvolvimento estão relacionados entre si, pois ambos podem ser entendidos como um processo dinâmico que combina, ao mesmo tempo, crescimento econômico com inovação tecnológica e buscam melhorar o padrão de vida da população (VIANA e ELIAS, 2007).

Atualmente, a saúde tem sido indutora de investimentos em pesquisas, de tal forma que já é considerada parte inerente e estratégica da dimensão social do

desenvolvimento, sobretudo, devido a sua relevância no cenário econômico, inclusive pela liderança em investimentos de pesquisa e desenvolvimento, vem ganhando expressão internacional na Organização Mundial da Saúde. Estudos vêm demonstrando clara relação das condições de saúde da população e seu impacto no desenvolvimento econômico (OMS, 2010).

Segundo Favaro e Tumolo (2016), a relação entre educação e desenvolvimento esteve presente na produção teórica de Saviani desde seus primórdios até o período atual e que os investimentos em educação devem ser convertidos no eixo primordial do desenvolvimento.

Silva (2013) destaca que a relação entre educação e desenvolvimento está sempre presente nos discursos oficiais, bem como na teoria econômica. Diz ainda que, é comum ao governo que elege o desenvolvimento como meta, elaborar políticas públicas voltadas para educação, já que variáveis importantes ao bom andamento da economia como o nível salarial, desemprego e avanço tecnológico, estão intimamente relacionadas ao nível de capacitação da população.

DESEMPENHO ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

O desenvolvimento econômico de um país é o processo de acumulação de capital e incorporação de procedimento técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. (PEREIRA, 2008)

Segundo Vieira e Veríssimo (2009), vale evidenciar que o crescimento econômico não deve ser visto como uma solução, mas sem dúvida é um dos principais elementos econômicos a serem destacados pelos países tanto desenvolvidos como em desenvolvimento, o que se explica pelo fato de ser considerado um dos indicadores mais importantes ao se analisar o desempenho econômico de um país.

Souza (2007) e Rossetti (2007), dizem que o governo busca promover o desenvolvimento econômico, proporcionando melhores condições de vida para a população. Logo, espera-se uma elevação no nível de consumo e renda da população o que conseqüentemente eleva a arrecadação de receita pública.

Deste modo, os entes públicos têm a responsabilidade de retribuir os cidadãos em forma de saúde, educação, habitação, segurança e emprego, por

exemplo, de forma a proporcionar aumento no bem estar social como reflexo do dinheiro arrecadado pelo Estado em forma de tributo.

Carvalho, Quinteiros e Camimura (2012), dizem que é fundamental que toda a sociedade tenha a ideia do quanto é importante o pagamento do tributo para o Estado, uma vez que, a máquina administrativa possui custos para alcançar seus objetivos e proporcionar desenvolvimento nacional.

Os autores supracitados, destacam ainda que o tributo tem como principal objetivo conservar a condição econômica do país e tem como propósito atender às necessidades públicas e coletivas da população.

Leroy et al (2017), buscaram identificar a relação entre a composição da arrecadação tributária própria e o nível de transferências intergovernamentais com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros. Os autores demonstram que os municípios de maior potencial arrecadatório apresentam melhores desempenhos médios das variáveis relacionadas ao porte populacional, desenvolvimento municipal, renda, arrecadação própria per capita e Valor Adicionado Fiscal por setor, à exceção do Valor agregado fiscal per capita das atividades primárias. Assim, apresentam-se indícios que o melhor desempenho econômico e tributário pode estar relacionado com maiores níveis de desenvolvimento.

Assim, para que o Estado possa desempenhar suas atividades públicas e retribuir os cidadãos em forma de saúde, educação, emprego e renda, como citado acima. Araújo (2010), destaca que o estado necessita de recursos financeiros, que podem derivar da exploração de seu próprio patrimônio ou da diminuição de parcela da riqueza privada.

Estes recursos financeiros se dão em sua maioria por meio da arrecadação tributária, que segundo Pimentel (2015), constitui a principal fonte de recursos utilizados no financiamento de programas governamentais, sendo que, é por meio da receita tributária que o governo custeia as despesas derivadas dos serviços públicos.

Para tanto, é necessário utilizar-se destes recursos financeiros de forma positiva. Um exemplo, para sua utilização é a criação de políticas públicas, buscando atender principalmente os setores excluídos da sociedade, que algumas definições ressaltam aplicação destas na solução de problemas, e na busca de responder as demandas da sociedade.

Texeira (2002) mostra que estas políticas públicas podem ser leis ou programas que encaminham ações que geralmente envolvem aplicações dos recursos públicos.

Para alocá-los, os gestores buscam indicadores que determinem melhor os resultados alcançados, principalmente no que diz respeito às finanças públicas tanto a nível municipal, quanto estadual e federal (REZENDE et al.,2005).

Sendo assim, Massardi e Abrantes (2014), dizem que a composição da receita dos municípios é formada pelas arrecadações próprias e pelas transferências constitucionais.

Segundo o Senado Federal, a Constituição Federal de 1988 determina que o município participa da arrecadação dos seguintes tributos, em decorrência das transferências municipais:

I. Estado — 25% do ICMS, 50% do IPVA e em 25% do IPI que o estado receber.

II. União — 50% do ITR, 22,5% do IR e 22,5% do IPI, todos por meio do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), repassados em cotas calculadas pelo Tribunal de Contas da União com base em indicadores como população.

Conforme site da Secretária de Estado da Fazenda de Minas Gerais:

O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). (SECRETARIA DA FAZENDA DE MINAS GERAIS, 2018)

A distribuição desses recursos aos Municípios é feita de acordo com o número de habitantes, fixadas faixas populacionais, pertencendo a cada uma delas um coeficiente individual, em conformidade com a Lei nº 5.172/96.

De acordo com Massardi e Abrantes (2014), para o desempenho de suas atividades, os municípios, além das transferências intergovernamentais, “que possuem uma importância fundamental em um regime federativo, por serem um instrumento que possibilita corrigir as desigualdades socioeconômicas inter-regionais”, os municípios passaram a ter capacidade de obtenção de receita própria pela utilização de seu patrimônio e pelas contribuições representadas pelos tributos municipais.

Os autores acima acrescentam que a arrecadação tributária passou a ser a principal fonte de receita, sendo que após a Constituição de 1988, a descentralização fiscal dotou os estados e municípios de maior autonomia política, legislativa e financeira.

Moraes (2006) completa, afirmando que a ampla utilização de transferências intergovernamentais criou uma estrutura institucional que privilegia abundantemente os pequenos municípios, os quais não se esforçam para arrecadar os tributos que são de sua competência, ou seja, possuem baixo esforço fiscal e maior dependência das transferências intergovernamentais.

O mesmo autor aponta ainda que o volume de arrecadação própria observado em todos os municípios brasileiros é decorrência de três fatores: a base tributária disponível, a estrutura de impostos existentes e o esforço fiscal.

Ainda segundo Moraes (2006), o esforço fiscal é a medida que representa o esforço de arrecadar toda a receita tributária disponível em uma base tributária própria. É um índice alcançado pela razão entre as receitas próprias arrecadadas e as receitas potenciais mensuradas pela base tributária disponível.

Na definição de Ribeiro e Júnior (2004), “o esforço fiscal pode ser entendido como o grau de exploração de determinada capacidade tributária, considerada como a competência de uma jurisdição em gerar receitas das próprias fontes.”

Para Campelo (2003), a eficiência de arrecadação dos municípios está diretamente relacionada à capacidade desses municípios de transformar os recursos disponíveis (arrecadação própria, transferências intergovernamentais e recursos privados) em desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida para a população.

Porém, no Brasil é comum o questionamento sobre o tamanho da carga tributária e se ela é adequada ao perfil socioeconômico nacional, especificamente em relação à estrutura produtiva. (RABELLO; OLIVEIRA, 2015).

Ainda segundo os autores, a carga tributária pode gerar efeitos positivos e negativos sobre a economia. Os efeitos positivos são notados ao passo que, por exemplo, proporciona o surgimento de investimentos financiados pelas receitas tributárias. Mas também possibilitam efeitos negativos, uma vez que geram distorções sobre as escolhas dos agentes econômicos que ocasionam em perdas de eficiência.

Para tanto, é necessário que os entes possuam uma política tributária capaz de suprir suas necessidades. Pereira (2010) destaca que a política tributária deve ser proposta como instrumento para a correção de desequilíbrios da diminuição das desigualdades, do crescimento e do desenvolvimento econômico. Por isso, os tributos devem ser avaliados com relação a sua eficiência econômica, quanto de um ponto de vista mais amplo, à sua adequação aos objetivos da política tributária da União, Estados e Municípios.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracterização da unidade de análise e fonte de dados

A unidade de análise teve como fonte de estudo o estado de Minas Gerais, que possui 853 municípios, o maior estado da Federação em número de municípios. Essa escolha se justifica, pelo fato deste estado possuir o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do país e apresentar grande heterogeneidade socioeconômica entre os municípios e regiões, representando assim características comuns a todos os Estados brasileiros o que permite uma análise ampla e diversificada. Além disso, Minas Gerais é o segundo estado mais populoso do Brasil, com a terceira maior aglomeração urbana, a região metropolitana de sua capital, Belo Horizonte, com cerca de 5,5 milhões de habitantes.

Os dados referentes aos municípios mineiros foram seccionados em cinco pontos do tempo, entre os anos de 2009 a 2013, uma vez que, eram os anos mais atuais aos quais os dados necessários estavam disponíveis, formando assim um painel curto, que segundo Gujarati (2011), se caracteriza por ter o número de indivíduos no corte transversal maior que o número de períodos no tempo. A delimitação do período foi feita de modo a avaliar o impacto do desenvolvimento econômico e tributário no índice de desenvolvimento dos municípios mineiros.

Utilizou-se como variáveis no estudo, o índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM) geral e seus desdobramentos para saúde, educação, emprego e renda; e o índice de desenvolvimento econômico e tributário dos municípios mineiros (IDTE).

Os dados secundários do estudo tiveram como fonte as bases de dados do sistema FIRJAN coletados durante o período de análise e a base de dados da Fundação João Pinheiro (FJP) uma entidade do governo de Minas Gerais de apoio técnico à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e demais sistemas operacionais do Estado. Atua nas áreas de ensino de graduação, especialização e mestrado em Administração Pública, avaliação de políticas públicas e na produção de indicadores estatísticos, econômico-financeiros, demográficos e sociais. Presta serviços técnicos mediante contratos e convênios, atendendo prioritariamente às demandas do governo de Minas Gerais, outros governos estaduais, organismos nacionais e internacionais, prefeituras e câmaras municipais, universidades,

empresas privadas e estatais e entidades representativas dos diversos segmentos sociais.

Modelo Empírico, tratamento dos dados e descrição das variáveis.

Orientando-se pelas hipóteses da pesquisa, que segundo Gil (2008) são obtidas a partir de teorias e/ou da intuição do pesquisador com a finalidade de atingir os objetivos do estudo, empregou-se o método quantitativo de dados em painel. O método quantitativo, descreve Silva (2010), parte dos conhecimentos prévios já estruturados e a partir deles, formula-se hipóteses acerca dos fenômenos e as situações a que se pretende investigar e, assim, uma gama de consequências são deduzidas dessas hipóteses.

Com o objetivo de fazer uma análise geral dos municípios mineiros e uma análise por mesorregião do estado de Minas Gerais, foi avaliado se os índices de desenvolvimento municipal de saúde, educação, emprego e renda, impactam no desenvolvimento geral dos municípios e se o índice de desenvolvimento econômico e tributário (IDTE) possui relação com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros, nesse sentido esse trabalho foi desenvolvido em duas etapas.

A primeira etapa teve como objetivo verificar o impacto do IFDM saúde, educação, emprego e renda sobre o IFDM geral dos municípios de Minas Gerais, considerando os anos de 2009 a 2013. Procurou-se avaliar se as variáveis impactaram de alguma forma, negativa ou positivamente, no desenvolvimento geral dos municípios, dado a importância do desenvolvimento, uma vez que, leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população.

Neste sentido, foi estimado um modelo de regressão linear com dados em painel, que descreveu o comportamento do IFDM geral dos municípios em função do IFDM saúde, IFDM educação e IFDM emprego e renda. . Esse modelo é representado pela Equação 1:

$$\ln IFDM_t = \alpha_t + \beta_1 \ln IFDM_{saúde}_t + \beta_2 \ln IFDM_{educação}_t + \beta_3 \ln IFDM_{emprego}_t + e_t \quad (1)$$

em que $\ln IFDM$ denota o logaritmo natural do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal geral; $\ln IFDM_{saúde}$ denota o logaritmo natural do Índice Firjan de

Desenvolvimento Municipal para saúde; $\ln IFDM_{educa\c{c}ao}$ denota o logaritmo natural do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal para educação; $\ln IFDM_{emprego}$ denota o logaritmo natural do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal para emprego e renda; α o intercepto a ser estimado; e o erro aleatório do modelo.

Nesta etapa, por meio de estatística descritiva, também foram traçadas curvas tanto para os municípios mineiros de forma geral, como por mesorregião do estado de Minas Gerais, com o objetivo de avaliar o comportamento médio do índice Firjan das variáveis explicativas e da variável dependente ao longo do período em estudo.

Na segunda etapa, foi avaliado o impacto do Índice de Desenvolvimento Econômico e Tributário (IDTE) sobre o Índice Firjan geral de desenvolvimento dos municípios (IFDM), no período compreendido entre os anos de 2009 e 2013. Com essa finalidade foi estimado o modelo linear de dados em painel, dado pela Equação 2:

$$\ln IFDM_{it} = \alpha_{it} + \beta_1 \ln IDTE_{it} + e_{it} \quad (2)$$

em que $\ln IFDM$ denota o logaritmo natural do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal geral; $\ln IDTE$ denota o logaritmo natural do índice de desenvolvimento econômico e tributário; α o intercepto a ser estimado; e o erro aleatório do modelo. Em todos os modelos estimados, i refere-se a cada um dos municípios do estado de Minas Gerais e t representa cada ano no período entre os anos de 2009 a 2013.

Em todas as fases desse estudo, as estimações dos modelos, dos parâmetros, tal como os testes de significância foram executadas por meio do programa estatístico STATA. Neste sentido, primeiro foi testada a significância da regressão pelo Teste F, sob a hipótese de nulidade, estabilidade dos parâmetros, Doane (2008), ao nível de 5% de significância. Em seguida a decisão de qual o melhor modelo para se estimar os parâmetros se deu pelos testes estatísticos de Chow, Hausman e Breush-Pagan, Gujarati (2011), sob as respectivas hipóteses de nulidade: modelo restrito (Pooled); modelo de efeitos aleatórios; modelo restrito (Pooled), contra as respectivas hipóteses alternativas: modelo irrestrito (efeitos fixos); modelo irrestrito (efeitos fixos); modelo de efeitos aleatórios. A significância dos parâmetros também foi testada ao nível de 5% de probabilidade, pelo teste t, Cecon et. al. (2012).

Após os testes, a estimação dos modelos empíricos citados acima, para a estrutura dos dados seguiu um tratamento de regressão em painel e os parâmetros foram estimados pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com efeitos fixos. A regressão como descreve Cecon et. al. (2012) permite determinar, a partir das estimativas dos parâmetros, com uma ou mais variáveis independentes exerce, ou parece exercer influência sobre uma variável dependente.

Já a regressão com dados em painel segundo Maddala (2003) e Gujarati (2011), “se refere à análise de um fenômeno por meio de um conjunto de variáveis nos quais se têm observações sobre vários indivíduos em vários períodos de tempo, fornecendo uma análise da dimensão espacial e temporal simultaneamente”. Os efeitos fixos têm como finalidade controlar os efeitos das variáveis omitidas que variam entre os indivíduos e permanecem constantes ao longo do tempo. Gujarati (2011) e Costa (2012), relatam ainda que tal método “produz estimativas consistentes e não tendenciosas, pressupondo em relação aos erros a normalidade, homocedasticidade e ausência de correlação”.

O modelo de dados em painel, permite o uso de maior número de observações, aumentando o número de graus de liberdade e diminuindo a colinearidade entre as variáveis explicativas. Sabe-se que quando existe multicolinearidade torna-se difícil estabelecer se um regressor individual que influencie a variável resposta. Uma vez eliminado esse problema, pode-se obter uma melhora na qualidade da estimação dos parâmetros Hsiao (1986).

A estimação dos parâmetros dos modelos se deu com todas as variáveis logaritmizadas, por meio do logaritmo natural, tal técnica possibilita uma interpretação percentual da análise. As estimativas com o uso de logs, como relata Wooldridge (2006) são menos sensíveis às observações desiguais (extremas) devido ao estreitamento considerável que pode ocorrer na amplitude dos valores das variáveis.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Comportamento do IFDM geral em relação ao IFDM saúde, educação e emprego e renda.

Os modelos estimados para os dados econométricos da regressão em painel avaliando o comportamento da variável dependente IFDM geral em função das variáveis explicativas IFDM saúde, IFDM educação, IFDM emprego e renda foram significativos ao nível de 5% pelo teste F e significativos, também a 5% de probabilidade, para os efeitos fixos dos erros pelos testes de Chow, Hausman e Breush-Pagan.

Os resultados encontrados para os parâmetros estimados em relação às variáveis são apresentados na Tabela 1. Todos os parâmetros foram significativos ao nível de 5% de significância pelo teste t, ou seja, todos foram regressivos. Destaca-se que o índice que provocou maior aumento no IFDM geral foi o de educação, em que para cada unidade de aumento percentual impactou em um aumento de aproximadamente 0,41% no índice geral.

Já a variável explicativa referente ao emprego e renda foi o que provocou o menor impacto percentual no índice geral, tal que para cada unidade percentual de aumento nesse parâmetro o aumento da variável dependente, índice geral, foi de aproximadamente 0,22%. Este resultado indica um número baixo de emprego formal gerado entre os anos de 2009 e 2013, pois como descreve Santos (2012), o índice Firjan para variável emprego e renda, apresenta a geração de emprego formal, a quantidade de emprego formais e os salários médios praticados nessa modalidade.

Tabela 1: Comportamento do IFDM geral em função do índice da saúde, educação, emprego e renda.

Variáveis	Coefficiente	p-value
<i>LnIFDMsaúde</i>	0,3163	0,0000*
<i>LnIFDMeducação</i>	0,4101	0,0000*
<i>LnIFDMemprego</i>	0,2165	0,0000*

*Significativo ao nível de 5% de probabilidade.

Fonte: Dados da pesquisa

Corroborando com as estimativas dos parâmetros encontrados para o modelo econométrico de dados em painel estimado, a Figura 1, apresenta o

comportamentomédio anual dos índices de desenvolvimento das variáveis explicativas. Ressalta-se que os índices para a saúde e educação são os responsáveis por manter o crescimento do índice geral, dado que os comportamentos médios desses índices apresentaram um crescimento no período em estudo, com variação entre 0,6 e 0,8, que segundo a Firjan¹ representa um desenvolvimento moderado nesses segmentos da economia. Em contra partida a variável emprego e renda, além de apresentar um índice abaixo de 0,5, que representa um IFDM com desenvolvimento apenas regular, teve um comportamento de ligeira queda entre os anos de 2009 e 2013.

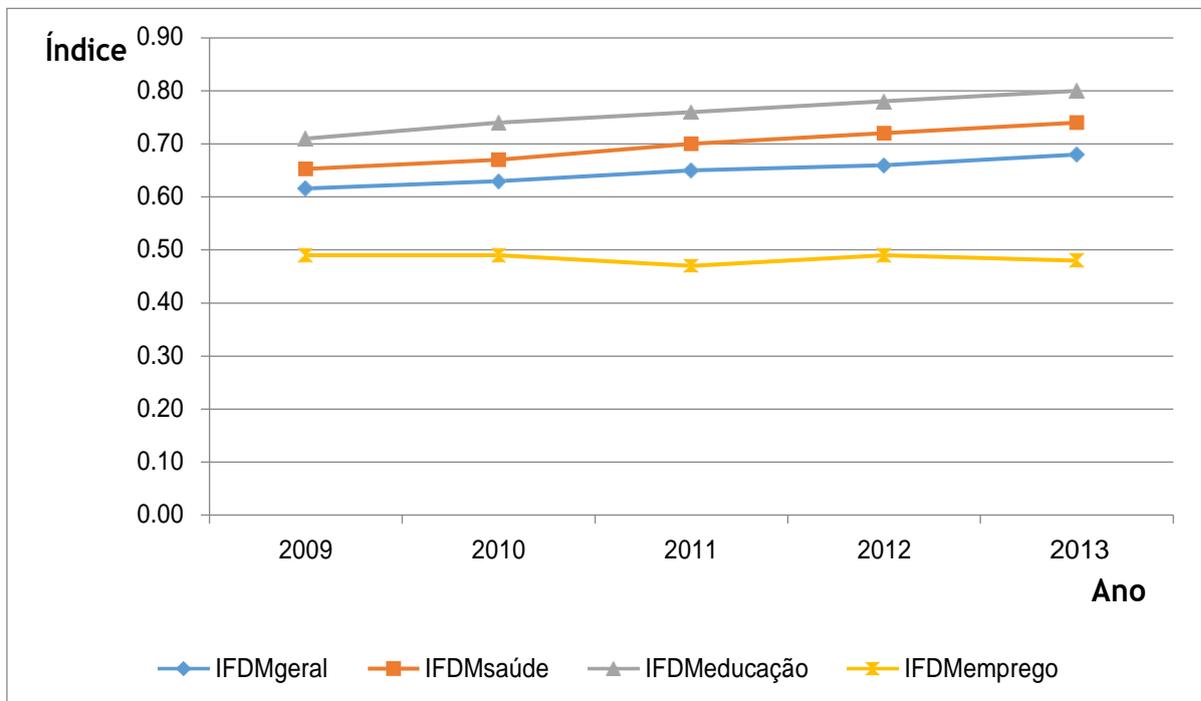


Figura 1: Comportamento médio dos Índices Geral, saúde, educação, emprego e renda.

Fonte: Dados da pesquisa

O estudo para as mesorregiões o mesmo comportamento do estudo relativo aos 853 municípios. Segundo Diniz e Batella (2005) o conceito de região bem como os métodos de regionalização e estudos regionais tem sido objeto de acerbos e intensos debates desde que a geografia atingiu o status de ciência, em meados do século XIX.

¹<<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>

Teoricamente, o termo região deriva do latim *regere*, composto pelo radical *reg*, que significa domínio e poder (Bezzi, 2004). Sendo assim, a região pode ser entendida como um recorte político administrativo que apesar, de ter certa autonomia no plano local, está subordinada política e economicamente a um poder central.

Assim, a partir do estudo feito nas 12 mesorregiões do estado de Minas Gerais, destaca-se que os maiores índices para saúde, educação e emprego foram apresentados nas regiões Campo das Vertentes, Metropolitana de Belo Horizonte e Oeste de Minas Gerais, respectivamente. A região metropolitana de BH, por exemplo, a cada unidade de aumento percentual no índice da saúde proporciona um aumento percentual de aproximadamente 0,34% no índice geral.

Ao passo que os de maneira geral, os menores índices para saúde, educação, emprego e renda são apresentados nas regiões Vale do Mucuri, Jequitinhonha e Noroeste, respectivamente. Sendo que a região do Campo das vertentes mesmo com alto índice para saúde e educação, apresenta a estimativa mais baixa para variável emprego e renda, tal que cada unidade percentual nesse item o aumento percentual no índice geral é de apenas 0,20%. Todas as estimativas para os parâmetros são apresentados na Tabela 2:

Tabela 2: Comportamento do IFDM geral em função do índice da saúde, educação, emprego e renda. – Mesorregiões mineiras

Mesorregiões	<i>lnIFDMsaúde</i>	<i>lnIFDMeducação</i>	<i>lnIFDMemprego</i>
Campo das Vertentes	0,3728*	0,3617*	0,2040*
Central Mineira	0,3348*	0,4180*	0,2274*
Jequitinhonha	0,2496*	0,4688*	0,2201*
Metropolitana BH	0,3407*	0,3981*	0,2190*
Noroeste	0,2963*	0,4170*	0,2619*
Norte	0,3107*	0,4158*	0,2105*
Oeste	0,3519*	0,4045*	0,2191*
Sul-Sudoeste	0,3431*	0,3879*	0,2176*
Triângulo mineiro	0,3300*	0,3923*	0,2228*
Vale do Mucuri	0,2423*	0,4660*	0,2413*
Vale do Rio Doce	0,3461*	0,4023*	0,2029*
Zona da Mata	0,3430*	0,3943*	0,2158*

*Significativo ao nível de 5% de probabilidade.

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise descritiva em relação à média do IFDM para mesorregiões apontam um comportamento equivalente a análise para os municípios, com crescimento do IFDMgeral norteado pelos índices da saúde e educação e em contra partida apresentando índices estacionários ou decrescentes para o emprego e renda.

Destaca-se negativamente as regiões norte, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata do estado de Minas Gerais que apresentaram índices de emprego abaixo de 0,5, que como descreve a Firjan são números que representam um desenvolvimento regular, para todo o período do estudo. Entre estas regiões a do Jequitinhonha é a que apresenta um desenvolvimento mais crítico, que segundo o índice Firjan é considerado baixo, pois é em torno de 0,4.

Já os dados que descrevem os maiores Índices Firjan de desenvolvimento municipal, IFDMgeral, são apresentados na região metropolitana de BH nas regiões Oeste, Sul - Sudoeste e Triângulo Mineiro do estado, com índices entre 0,6 e 0,8, considerado moderado pelo Firjan. As Figuras 2 e 3 apresentam respectivamente a região da Zona da Mata e Metropolitana de BH.

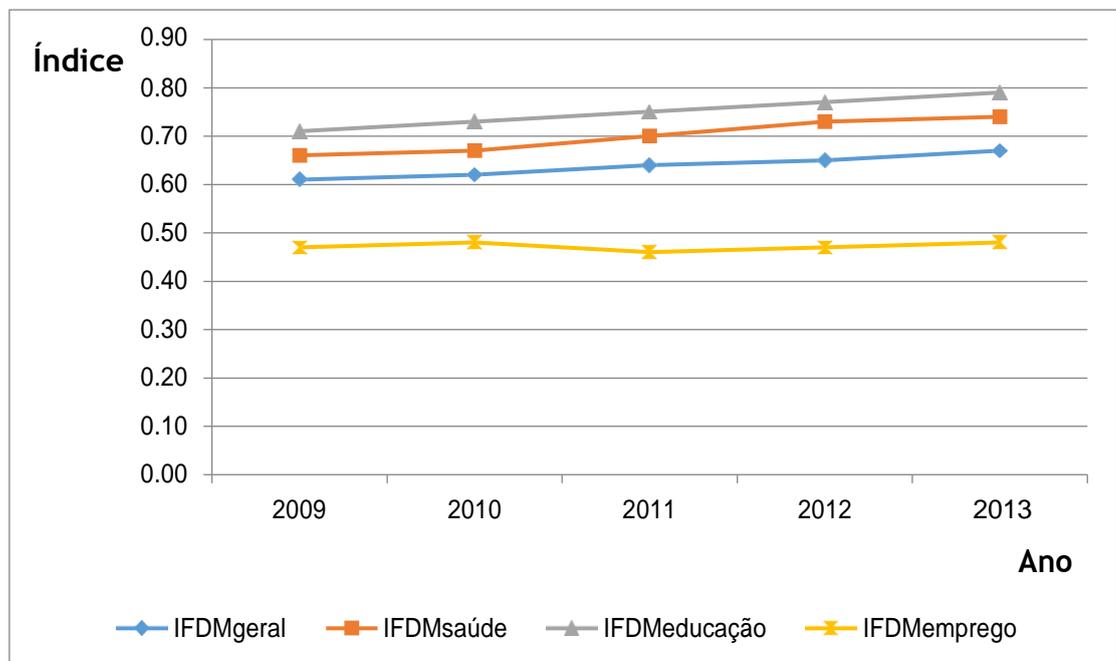


Figura 2: Comportamento médio dos Índices Geral, saúde, educação, emprego e renda- Região da Zona da Mata

Fonte: Dados da pesquisa

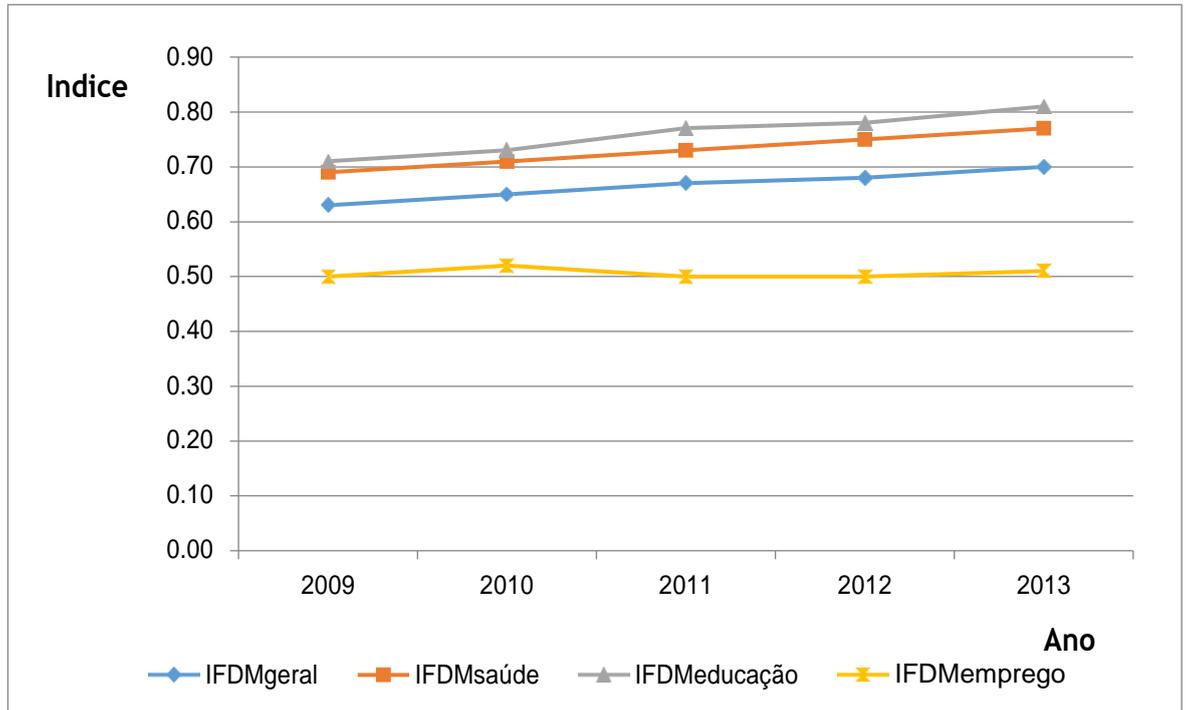


Figura 3: Comportamento médio dos Índices Geral, saúde, educação, emprego e renda- Região Metropolitana de BH

Fonte: Dados da pesquisa

Comportamento do índice Firjan de desenvolvimento (IFDM) em relação ao Índice de desenvolvimento econômico e Tributário (IDTE).

O modelo estimado para os dados econométricos da regressão linear em painel, tanto para os municípios mineiros de forma geral como por mesorregião, se apresentou significativo ao nível de 5% de significância pelo Teste F e significativo para os efeitos fixos dos erros pelos testes de Chow, Hausman e Breush-Pagan, também ao nível de 5% de probabilidade.

As análises do desenvolvimento socioeconômico em relação ao desenvolvimento tributário dos municípios apontam que estes não contribuíram para a melhoria social dos municípios. Os dados apresentam que para cada unidade percentual no IDTE, o IFDM decresce em torno de 0,03%, Tabela 3.

Tabela 3: Comportamento do IFDM geral em função do índice econômico e tributário (IDTE)

Variáveis	Coefficiente	p-value
<i>lnIDTE</i>	- 0,0333	0,0000*

*Significativo ao nível de 5% de probabilidade.

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação às mesorregiões a única região que apresentou resultado positivo foi a região Metropolitana de Belo Horizonte- RMBH região esta instituída em 1973 pela Lei Complementar nº 14, originalmente composta por 14 municípios: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

Em 1989 a Constituição Estadual de Minas Gerais incorporou à RMBH os municípios de Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme, além de introduzir a figura do Colar Metropolitano. Em 1993, a inclusão dos municípios acima citados e de Juatuba e São José da Lapa – distritos recém-emancipados – foi oficializada por lei complementar. Em 1997, seis outras municipalidades foram incorporadas: Florestal, Rio Manso e os ex-distritos recém-emancipados de Confins, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Sarzedo. Em 2000, entraram para a RMBH os municípios de Baldim, Capim Branco, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Itaguara, Matozinhos, Nova União. Finalmente, em 2002, Itatiaiuçu também foi agregada à RMBH. O Colar Metropolitano é hoje composto por 16 municípios do em torno da RMBH: Barão de Cocais, Belo Vale, Bonfim, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabirito, Itaúna, Moeda, Pará de Minas, Prudente de Moraes, Santa Bárbara, São José da Varginha, Sete Lagoas, Bom Jesus do Amparo e São Gonçalo do Rio Abaixo, estes dois últimos acrescentados a região em 2012. Para esta região, a Tabela 4 apresenta que a cada aumento percentual do IDTE houve um aumento de aproximadamente 0,03% no período em análise.

Pode-se perceber (Tabela 4), que a análise do IFDM em relação ao IDTE por mesorregião apresentou estimativas não significativas para os parâmetros referentes ao Triângulo Mineiro e Zona da Mata.

Tabela 4: Comportamento do IFDM geral em função do índice econômico e tributário (IDTE) – Mesorregiões mineiras

Mesorregiões	<i>lnIDTE</i>
Campo das Vertentes	-0,0521**
Central Mineira	-0,0282**
Jequitinhonha	-0,1032*
Metropolitana BH	0,0264**
Noroeste	-0,1051*
Norte	-0,0680*
Oeste	-0,0676*
Sul-Sudoeste	-0,0396*
Triângulo mineiro	-0,0174***
Vale do Mucuri	-0,0456**
Vale do Rio Doce	-0,0487*
Zona da Mata	-0,0052***

*Significativo ao nível de 5% de probabilidade; ** Significativo ao nível de 10% de probabilidade;

***Não significativo. Fonte: dados da pesquisa.

Entre as regiões que apresentam estimativas negativas para o parâmetro *lnIDTE*, a Tabela 4 apresenta a região Sul – Sudoeste do estado, formado pela união de 146 municípios agrupados em dez microrregiões. A economia desta região é altamente agrícola, com destaque para as plantações de café que apesar de estar se tornando um importante polo nacional de desenvolvimento tecnológico e industrial, mostra que para cada aumento percentual do IDTE houve um decréscimo de aproximadamente de 0,04% do IFDM.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou avaliar os impactos do índice Firjan de desenvolvimento nos setores da saúde, educação e emprego e renda, sobre o índice de desenvolvimento geral para cada município e mesorregião de Minas Gerais e o impacto do Índice de desenvolvimento econômico e tributário (IDTE) sobre o índice Firjan de desenvolvimento geral dos municípios e das mesorregiões de Minas Gerais, considerando os anos de 2009 a 2013.

O estudo se deu pela necessidade de relacionar indicadores socioeconômicos com outras informações e indicadores sociais para examinar o desenvolvimento de um município, estado ou país, com a finalidade de quantificar a concepção de desenvolvimento, sendo os indicadores essenciais para possibilitar as análises e comparações pretendidas.

A análise proporcionou em um primeiro momento, concluir que os índices de desenvolvimento da saúde e da educação são os que têm um maior impacto positivo no índice Firjan de desenvolvimento geral, tanto para os municípios como um todo, como em suas doze mesorregiões. As estimativas menos expressivas ocorreram na variável índice de emprego e renda.

A análise descritiva para o índice médio de desenvolvimento também apresentou comportamento semelhante para os municípios e para as mesorregiões. Os piores índices para os municípios aconteceram na variável emprego e renda, com números abaixo de 0,5, que segundo a Firjan representa um desenvolvimento apenas regular. Em relação às mesorregiões, seis delas apresentaram índices ligeiramente superiores a 0,5 e seis com índices abaixo de 0,5 com destaque negativo para a região do vale do Jequitinhonha, com índices em torno de 0,4, que pela classificação Firjan, indica um baixo desenvolvimento nesse segmento.

Em relação ao índice de desenvolvimento econômico e tributário (IDTE), a mais importante conclusão para responder a questão de pesquisa do estudo, o modelo econométrico para dados em painel, permitiu inferir que esse índice não provoca um crescimento no desenvolvimento econômico dos municípios de forma geral. Na análise por mesorregião, em onze das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais o IDTE também não promoveu crescimento e desenvolvimento econômico, exceção feita a região metropolitana de Belo Horizonte, a única que apresentou uma

estimativa positiva, sendo que para unidade de aumento percentual no IDTE o IFDM aumentou aproximadamente em 0,03%.

Por fim sugere-se para pesquisas futuras que o estudo seja realizado em outras regiões do país, contendo uma maior gama de variáveis relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico e em períodos mais recentes do tempo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Daniel Cláudio de. **Política Tributária e Desenvolvimento Econômico: comparativo entre receitas tributárias do ICMS e transferências constitucionais do Estado da Paraíba.** Monografia- Curso de Direito. Universidade Estadual da Paraíba, 2010.
- BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. BAZZANELLA, Sandro Luiz. Antropologia do Desenvolvimento: relações entre cultura, política e economia. *Desenvolvimento Regional em debate.* Ano 3, n. 2, p. 27-51, jul./dez. 2013.
- BRASIL. Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966. **Sistema Tributário Nacional.** Brasília, 25 de outubro de 1966.
- CAMARGOS, Marcos Antônio de. BARBOSA, Francisco Vidal. Análise do desempenho econômico-financeiro e da criação de Sinergias em processos de fusões e aquisições do mercado Brasileiro ocorridos entre 1995 e 1999. *Caderno de Pesquisas em Administração,* São Paulo, v. 12, n. 2, p. 99-115, abril/junho 2005.
- CARDOSO JR., J. C.; BERCOVICI, G. (orgs.). **República, Democracia e Desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2013.
- CARVALHO, Ronaldo Adriano de; QUINTAIROS, Paulo César Ribeiro; KAMINURA, Quesia Postigo. **O reflexo da carga tributária para o desenvolvimento do país.** In: The 4 th International Congress on University-Industry Cooperation. SP –Brazil – December 5 th through 7th, 2012.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. **Política social e desenvolvimento no Brasil.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.
- DOANE, D. P.; SEWARD, L. E. **Estatística aplicada à administração e à economia.** São Paulo: McGraw-Hill, 2008.
- DOS ANJOS, Rafael Madureira. **Relação entre investimento em saúde e desenvolvimento dos estados brasileiros.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto para obtenção de mestre. Ribeirão Preto, 2010.
- FAGUNDES, M. et. al. **Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul: Uma Análise da Composição da Balança Comercial.** Editora Unijuí, ano 15, n. 39, abr./jun. 2017.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/Home/IMRS>>. Acesso em: 05jul 2017.
- Gil, A. C.; **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CHAVES, Rossi Henrique Soares. **A “Ética do Desenvolvimento” como Proposta de Pesquisa Interdisciplinar**. Editora Unijuí, ano 15, n.39, abri./jun 2017.

LEROY, Rodrigo Silva Diniz et al., Estrutura Arrecadatória e Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Mineiros. **Desenvolvimento em Questão**. v.15, n.41, p.164-201, 2017.

MASSARDI, W. O.; ABRANTES, L. A. Esforço Fiscal, Dependência Do Fpm E Desenvolvimento Socioeconômico: Um Estudo Aplicado Aos Municípios De Minas Gerais. REGE,São Paulo – SP, Brasil, v. 22, n. 3, jul./set. 2015.

MORAES, D. P. **Arrecadação tributária municipal: esforço** fiscal, transferências e Lei de Responsabilidade Fiscal. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – EAESP/Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

NUSKE, Mauro Alberto. et al. **A saúde e sua relação com o desenvolvimento: um olhar crítico** acerca da contribuição da saúde nas múltiplas escalas do desenvolvimento regional. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017

PIMENTEL, Júlio César dos Santos. **Eficiência Tributária: um estudo do desempenho das regiões fiscais da Receita Federal do Brasil na arrecadação de imposto de renda entre 1995 e 2006**. Dissertação Programa de Pós Graduação em Administração - Curso de Administração. Universidade de São Paulo, 2009.

PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm> Acesso em: 28jun 2017.

SECRETARIA DO ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS. Disponível em: <www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/repasse_receita/informacoes/fpm.htm>. Acesso em: 30jun 2017.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/hpsenado>>. Acesso em: 28jun 2017.

SIEDENBERG, DieterRugard. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese**. *Revista: Desenvolvimento em Questão*. EditoraUnijuí, ano 1, n. 1 , jan./jun. 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67/24>> . Acesso em: 18 jun. 2017.

SISTEMA FIRJAN. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>> . Acesso em: 06 jul 2017.

SILVA, Flaviane Aparecida de Oliveira. et. al. **A importância do planejamento tributário nas empresas mediante a complexa carga tributária brasileira**. Janus, Lorena, n.13, p. 011- 027, Jan./Jun. 2011.

SILVA, Lara Lúcia da. et. al. **A influência do desempenho tributário e gestão fiscal no Índice Firjan de Desenvolvimento (IFDM) dos municípios de Minas Gerais.** *Revista de C. Humanas*, Viçosa, v. 13, n. 1, p. 199-219, jan./jun. 2013.

SOARES, Érica Beranger Silva Soares. EMMENDOERFER, Magnus Luiz. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos.** *Organizações em contexto*, São Bernardo do Campo, Vol. 9, n. 18, jul.-dez. 2013

SOLIGO, Valdecir. **Indicadores: Conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais.** *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 12-25, mai./ago. 2012



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 Universidade Federal de Juiz de Fora
 Campus Avançado Governador Valadares
 Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
 Departamento de Ciências Contábeis
 Bacharelado em Ciências Contábeis

UFJF CAMPUS GV

ATA DE DEFESA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 17:00 horas do dia 7 do mês de junho do ano de 2018,
 no Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora
 Campus Avançado Governador Valadares, compareceram para defesa de trabalho de
 conclusão curso - TCC o(a)
 discente INGRID MOREIRA SIQUEIRA, tendo como
 título do trabalho DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE HINAS GERAIS
 e a Banca Examinadora composta por: Professor(a) MARCONI SILVA
MIRANDA (orientador(a)),
 Professor(a) ELIZANGELA LOURES DE CASTRO
 (examinador(a)),
 Professor(a) ALINE GOMES PEIXOTO
 (examinador(a)).
 Após a apresentação e as observações dos membros da Banca Examinadora, ficou
 definido que o trabalho foi considerado APROVADO (aprovado
 ou reprovado).
 Eu, MARCONI SILVA MIRANDA (orientador(a))
 , lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca
 Examinadora.
 Observações: CONDICIONADA AS CORREÇÕES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 Universidade Federal de Juiz de Fora
 Campus Avançado Governador Valadares
 Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
 Departamento de Ciências Contábeis
 Bacharelado em Ciências Contábeis

ufjf CAMPUS GV

Assinaturas

Discente:

INGRID MOREIRA SIQUEIRA

Discente: Ingrid Moreira Siqueira

Membros da Banca Examinadora:

MARCONI SILVA MIRANDA

Prof.

Marconi Silva Miranda

Orientador(a)

ELIZANGELA LOURES DE CASTRO

Prof.

Elizangela Loures de Castro

ALINE GOYES PEIXOTO

Prof.

Aline Goyes Peixoto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 Universidade Federal de Juiz de Fora
 Campus Avançado Governador Valadares
 Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
 Departamento de Ciências Contábeis
 Bacharelado em Ciências Contábeis

ufjf CAMPUS GV

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Avançado Governador Valadares, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Governador Valadares, 03 de julho de 2018.

Ingrid Moreira Siqueira 201402071GV

[Nome completo do autor]

Matrícula

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.